



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

### QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Associação Bajouquense para o Desenvolvimento (ABAD) <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Maria de Fátima Domingues Fernandes</li><li>➤ Pedro Manuel Carreira Pedrosa</li><li>➤ Rute Ferreira Cabecinhas</li><li>➤ João Paulo Cintra Gaspar Cosa</li><li>➤ Tiago Gil Alberto Gomes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente)</li><li>➤ Paulo Rios de Oliveira (PSD)</li><li>➤ Pedro Pimpão (PSD)</li><li>➤ Fátima Ramos (PSD)</li><li>➤ Hugo Costa (PS)</li><li>➤ Carlos Pereira (PS)</li><li>➤ Odete João (PS)</li><li>➤ Ernesto Ferraz (BE)</li><li>➤ Heitor de Sousa (BE)</li><li>➤ Hélder Amaral (CDS-PP)</li><li>➤ Heloísa Apolónia (PEV)</li></ul>	9 de julho de 2019 <a href="#">Gravada</a>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os representantes da ABAD começaram por dar conta dos objetivos da Associação. De seguida, referiram o contato de exploração de gás e petróleo na freguesia da Bajouca. Apresentaram dados que, em seu entender, justificavam o falhanço deste contrato. Referiram os investimentos previstos no contrato para os primeiros três anos bem como os furos que a empresa pretende fazer até 2023 e que representam um investimento de cerca de 10 milhões de euros. Consideraram também que as rendas que a concessionária pagará pela área da concessão são muito pequenas e não justificam a decisão do Estado, porque o retorno das fases de prospeção e exploração é muito pequeno e o prejuízo causado às populações é muito grande. Frisaram</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)</b> – cumprimentou os representantes da ABAD, referiu o constante conflito entre interesses económicos, ambientais e das populações, questionou sobre o impacto dos furos nas populações e se tinham sido ouvidas durante este processo, se tinham tentado intervir no processo, qual era a posição da autarquia, em que ponto estava o cumprimento do contrato e qual era o seu impacto nesse momento.</li><li>➤ <b>Deputado Hugo Costa (PS)</b> – após cumprimentar os representantes da ABAD, informou que o seu partido defendia o prosseguimento da</li></ul>		

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

o facto de se preverem furos de prospeção no centro da freguesia.

- Reiteraram que se tratava de um péssimo negócio, em termos económicos, tendo dado conta também dos royalties que estavam previstos, tendo questionado se se justificava colocar em causa a qualidade de vida daquelas pessoas.

descarbonização e que se deixasse de apostar nos hidrocarbonetos. Quis saber o que existia no terreno, como é que a população estava a reagir no dia-a-dia e se tinha consciência dos riscos. Concluiu, referindo a discussão dos projetos de resolução do BE sobre esta matéria que iria ocorrer no dia seguinte.

- **Deputado Hélder Amaral (CDS-PP)** – cumprimentou os representantes da ABAD, abordou a questão da existência de um consenso alargado sobre se se deve ou não explorar este tipo de recursos e um consenso menor sobre se se deve ou não saber que recursos temos. Afirmou que o seu partido era favorável a saber que recursos o país tem, mas isso deve ser feito seguindo regras, nomeadamente as de existência de avaliação de impacto ambiental. Questionou sobre os danos que existiam nesta fase e se as populações tinham sido informadas. Considerou que fase diferente seria saber como a freguesia seria compensada. Afirmou que faltava referir também os números relativos ao impacto desta atividade na economia. Questionou ainda se a posição da ABAD se manteria se a exploração fosse feita pelo Estado e independentemente da dimensão das reservas existentes.
- **Deputada Heloísa Apolónia (PEV)** – cumprimentou os representantes da ABAD e considerou a sua intervenção inicial bastante esclarecedora. Lembrou que não era verdadeiro o mito de que se se encontrasse petróleo ou gás esse recurso seria do Estado, esclarecendo que seria da empresa exploradora. Afirmou que o Estado também não iria enriquecer com essa descoberta e que também era um mito a diferença entre fase de prospeção e de exploração, porque os contratos eram todos títulos únicos para prospeção e exploração. Referiu que a empresa não queria ajudar o Estado a saber que recursos o país tem e que o intuito das pesquisas era a exploração futura. Afirmou que, mais uma vez, os interesses económicos se sobrepunham aos interesses ambientais e de qualidade de vida das populações. Defendeu a suspensão do contrato em função do interesse



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

	<p>público nacional e questionou quando foi assinado o contrato, se havia uma fortíssima oposição das entidades locais e que envolvimento foi solicitado à população.</p> <p>➤ <b>Deputado Heitor de Sousa (BE)</b> – após cumprimentar os representantes da ABAD, referiu a existência de diversos projetos de resolução sobre esta matéria e que a questão não era nova. Lembrou que o contrato em causa tinha sido assinado nas vésperas das últimas eleições legislativas, por ajuste direto. Afirmou que não houve qualquer estudo de impacto ambiental e as populações não tinham sido consultadas, tendo considerado o protesto da ABAD perfeitamente justificado. Concluiu, afirmando que o que a empresa pretendia fazer era dar umas migalhas, para não dizer que não pagava nada, tendo corroborado a ideia de que o contrato era ruinoso para o país, e que o BE iria continuar a bater-se para que o contrato seja cancelado.</p>
--	--

### Respostas às questões dos Deputados:

- Os representantes da ABAD responderam que a sua posição não estava relacionada com o facto de ser uma empresa privada ou pública. Defenderam a descarbonização, afirmando que havia alternativas e que a questão sobre onde se iria investir, se nas energias fósseis ou nas energias alternativas, também era económica.
- Consideraram que a exploração trazia benefícios apenas a uma parte, à empresa, pois não iria haver desenvolvimento económico nem criação de postos de trabalho, uma vez que as pessoas que viriam trabalhar seriam altamente especializadas e não seriam trabalhadores residentes no país.
- Em seu entender, é impossível este tipo de exploração não ter impacto no ar, solo e água, o que não se sabe é qual a dimensão desse impacto. Lembraram, a este respeito, do que se passou nos EUA, no Canadá e em países do norte da Europa. Reiteraram que, neste caso, a exploração se iria operar no centro das povoações e não se sabia quão sujo seria o processo económico.
- Deram conta do apoio das assembleias de freguesia da região de Leiria e do executivo da Câmara Municipal de Leiria aos protestos da população da Bajouca.
- Esclareceram ainda que o contrato tinha sido assinado na véspera das eleições legislativas 3e só tinha sido do conhecimento público em outubro de 2018 que



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

o contrato iria ser cumprido. Reiteraram que tanto as autarquias como as juntas de freguesia não tinham sido envolvidas na decisão e a população queria conhecer as consequências na sua vida e os impactos desta situação no seu dia-a-dia. Concluíram, informando que a Junta de Freguesia da Bajouca tinha sido informada deste projeto em setembro de 2018, numa apresentação para a qual tinha sido convocados os municípios e duas juntas de freguesia e que a junta de freguesia tem apoiado as iniciativas desta e de outras associações contra este projeto.

Deputado Fernando Virgílio Macedo  
Vice-Presidente da Comissão